

Sarney golpeia de novo a Constituinte

Ricardo Noblat

Mais do que pode, deve o presidente da República exercer o direito de opinar sobre os principais pontos da futura Constituição que começa a adquirir uma certa nitidez depois de seis meses de intensos debates. Sarney é presidente de honra do PMDB e obteve distinção semelhante do PFL. O cargo que ocupa lhe confere a condição de principal responsável pela condução do processo político. O presidente da CNBB, por exemplo, interveio, legitimamente, no debate constitucional. O da UDR promete mobilizar os constituintes mais conservadores para barrar a reforma agrária.

Por que o presidente da República, e somente ele, não poderia dizer o que pensa, o que lhe agrada ou não nas propostas de artigos que, aos poucos, vão ganhando espaço no projeto da nova carta constitucional? O presidente não pode — e, de resto, não pode liderança alguma de fora da Constituinte — impor pela força seu ponto de vista a uma assembléia soberanamente eleita para escrever o próximo capítulo da nossa frágil e truncada história política. Não pode o presidente da República — o da UDR também não — utilizar o poder de coação do seu cargo para alterar votos.

O cidadão José Sarney, estudioso atento dos princípios que balizam os regimes políticos que se pretendem democráticos, sabe dessas coisas todas. O político José Sarney, presidente da República por obra do destino, desconhece o que aprendeu de leitura, mete os pés pelas mãos e parece não se importar em pôr em risco o projeto de redemocratização do país desde que, reunidas as condições que diz precisar, possa permanecer no poder pelo tempo que deseja. Na medida em que se descobriu sem um sólido amparo político, fez a opção preferencial pelos urutus do ministro do Exército.

A intervenção do general Leônidas Pires Gonçalves no debate em torno da confecção da futura Constituição decorreu da clara, ostensiva mudança operada no comportamento de Sarney depois do fracasso do Plano Cruzado. Até então, Sarney agia como se ainda se sentisse comprometido com a destinação original do seu governo — a de presidir a travessia do estado autoritário, nascido com a intervenção militar de 1964, para o estado democrático, prometido nos palanques das *diretas já* e, depois, na campanha para a eleição de Tancredo Neves.

O compromisso começou a ser ignorado quando o presidente escolheu, simplesmente, desconhecer o resultado das eleições de novembro, comemorado por seu governo com o pacote econômico que sepultou o Cruzado. Os brasileiros foram às urnas e elegeram 22 governadores do PMDB. O difuso sentimento nacional, favorável às reformas obstruídas pelo caráter até então conservador do governo, lastreou a maior vitória jamais colhida por um partido entre nós. O presidente preferiu fazer de conta que nada de muito importante acabara de ocorrer ou de se confirmar.

Pôs a conta da vitória do PMDB no sucesso do cruzado — em seguida, matou o cruzado. Sequer reformou sua equipe para ajustá-la à nova face política do país. Em maio, afinal, golpeou, fundamente, a soberania da Constituinte ao se auto-investir do mandato de cinco anos. Nada de surpreendente, pois, que tenha escalado, agora, o ministro do Exército para brandir mais um golpe na Constituinte — dessa vez na tentativa de sufocar a tendência de senadores e deputados em favor do parlamentarismo como o melhor sistema de governo para suceder um presidencialismo imperial.

Encenou-se a farsa de que o general, preocupado com o tamanho do déficit público, alvejara a anistia proposta no projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, que implicaria em um expressivo aumento de gastos do governo. O modelo de anistia do deputado foi negociado previamente, em todos os seus aspectos, com o general Leônidas. Consultado sobre as repercussões dele nas contas nacionais, o ministro da Fazenda nada teve a opor. Serviu a proposta de anistia de pretexto para o presidente, via seu ministro do Exército, intervir no processo Constituinte. Mais uma vez.

É frágil a alegação de que o ministro falou em uma reunião reservada do ministério. Foi o próprio porta-voz da Presidência da República quem se encarregou de repassar para os jornalistas os exatos termos da intervenção do general Leônidas. Foi o consultor-geral da República quem lembrou de divulgar, ou de acrescentar, a referência à "minoría de esquerda radical" que, segundo o ministro, vem dando o tom das principais decisões tomadas até aqui no âmbito da Constituinte. Anteriormente, Sarney mandou distribuir uma pesquisa que aponta Leonel Brizola como o candidato hoje mais forte à Presidência da República.

O parlamentar que, um dia, ousou romper com o sistema autoritário de poder que ainda vigia para dar sua contribuição pessoal e viabilizar a eleição de Tancredo, preferiu, como presidente, reconciliar-se agora com parte de um passado de pouco ou de nenhum respeito aos ritos democráticos. Não resistiu à tentação de se esconder atrás de um general. A sorte do processo constituinte aconselha que Sarney seja tolerado. O sucesso do desfecho da transição, que já dura mais do que a própria situação que a gerou, aconselha que Sarney seja substituído no cargo no próximo ano. Para o bem de todos.